

Sociologia

Aluno

Caderno de Atividades Pedagógicas de Aprendizagem Autorregulada - 02

3ª Série | 2º Bimestre

Disciplina	Curso	Bimestre	Série
Sociologia	Ensino Médio	2º	3ª
Habilidades Associadas			
1. Compreender as diferentes formas de exercício do poder e da dominação identificando os tipos ideais de dominação legítima.			
2. Identificar as diversas maneiras de organização do poder no Estado, bem como as relações entre as esferas pública e privada no Estado Moderno.			
3. Compreender o processo histórico e sociopolítico de formação do Estado brasileiro.			

Apresentação

A Secretaria de Estado de Educação elaborou o presente material com o intuito de estimular o envolvimento do estudante com situações concretas e contextualizadas de pesquisa, aprendizagem colaborativa e construções coletivas entre os próprios estudantes e respectivos tutores – docentes preparados para incentivar o desenvolvimento da autonomia do alunado.

A proposta de desenvolver atividades pedagógicas de aprendizagem autorregulada é mais uma estratégia pedagógica para se contribuir para a formação de cidadãos do século XXI, capazes de explorar suas competências cognitivas e não cognitivas. Assim, estimula-se a busca do conhecimento de forma autônoma, por meio dos diversos recursos bibliográficos e tecnológicos, de modo a encontrar soluções para desafios da contemporaneidade, na vida pessoal e profissional.

Estas atividades pedagógicas autorreguladas propiciam aos alunos o desenvolvimento das habilidades e competências nucleares previstas no currículo mínimo, por meio de atividades roteirizadas. Nesse contexto, o tutor será visto enquanto um mediador, um auxiliar. A aprendizagem é efetivada na medida em que cada aluno autorregula sua aprendizagem.

Destarte, as atividades pedagógicas pautadas no princípio da autorregulação objetivam, também, equipar os alunos, ajudá-los a desenvolver o seu conjunto de ferramentas mentais, ajudando-o a tomar consciência dos processos e procedimentos de aprendizagem que ele pode colocar em prática.

Ao desenvolver as suas capacidades de auto-observação e autoanálise, ele passa a ter maior domínio daquilo que faz. Desse modo, partindo do que o aluno já domina, será possível contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades originais e, assim, dominar plenamente todas as ferramentas da autorregulação.

Por meio desse processo de aprendizagem pautada no princípio da autorregulação, contribui-se para o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o aprender-a-aprender, o aprender-a-conhecer, o aprender-a-fazer, o aprender-a-conviver e o aprender-a-ser.

A elaboração destas atividades foi conduzida pela Diretoria de Articulação Curricular, da Superintendência Pedagógica desta SEEDUC, em conjunto com uma equipe de professores da rede estadual. Este documento encontra-se disponível em nosso site www.conexaoprofessor.rj.gov.br, a fim de que os professores de nossa rede também possam utilizá-lo como contribuição e complementação às suas aulas.

Estamos à disposição através do e-mail curriculominimo@educacao.rj.gov.br para quaisquer esclarecimentos necessários e críticas construtivas que contribuam com a elaboração deste material.

Secretaria de Estado de Educação

Caro aluno,

Neste caderno, você encontrará atividades diretamente relacionadas a algumas habilidades e competências do 2º Bimestre do Currículo Mínimo de Sociologia da 3ª Série do Ensino Médio. Estas atividades correspondem aos estudos durante o período de um mês.

A nossa proposta é que você, Aluno, desenvolva estas Atividades de forma autônoma, com o suporte pedagógico eventual de um professor, que mediará as trocas de conhecimentos, reflexões, dúvidas e questionamentos que venham a surgir no percurso. Esta é uma ótima oportunidade para você desenvolver a disciplina e independência indispensáveis ao sucesso na vida pessoal e profissional no mundo do conhecimento do século XXI.

Neste Caderno de Atividades, vamos entender a origem do Estado, como e porque os homens aceitam que alguém tenha o poder de mandar em todos e o que da legitimidade a esse poder. Vamos, também, aprender como surgiu o Estado moderno e suas diferentes formas até os dias de hoje.

Este documento apresenta 4(quatro) Aulas. As aulas podem ser compostas por uma **explicação base**, para que você seja capaz de compreender as principais ideias relacionadas às habilidades e competências principais do bimestre em questão, e **atividades** respectivas. Leia o texto e, em seguida, resolva as Atividades propostas. As Atividades são referentes a dois tempos de aulas. Para reforçar a aprendizagem, propõe-se, ainda, uma **pesquisa** e uma **avaliação** sobre o assunto.

Um abraço e bom trabalho!

Equipe de Elaboração

Sumário

+ Introdução	03
+ Aula 01: Surgimento do Estado	05
+ Aula 02: Estado Moderno – Surgimento e formas	10
+ Aula 03: A formação do Estado Brasileiro	17
+ Avaliação:	21
+ Pesquisa	24
+ Referências	25

Aula 1: Surgimento do Estado

Se os homens sempre lutaram pela liberdade, por que criar uma organização, o Estado, que existe para controlá-los? Você já se perguntou como o Estado surgiu? Será que o Estado sempre existiu? Essas mesmas perguntas foram motivos de estudos de vários pensadores, a seguir vamos ler como alguns deles responderam a essas questões.

O primeiro pensador que tratou do Estado, baseando seus estudos nas formas de organização das sociedades na história foi o italiano Nicolau Maquiavel, que viveu entre 1469 e 1527. Ele escreveu o livro *O Príncipe*, em 1513, onde ele diz que os homens buscam uma forma de organização que controle seus maus sentimentos e seus desejos mundanos, ou seja, uma forma de governo que controle a maldade humana.



http://commons.wikimedia.org/wiki/Creator:Niccol%C3%B2_Machiavelli

E que forma de governo seria essa? Para Maquiavel só um príncipe poderia organizar uma sociedade sem maus desejos, educada, virtuosa e com estabilidade nas instituições. Quando conseguisse isso, não seria mais necessário o governo do príncipe, passando a forma de governo para a República, onde homens agora virtuosos participariam ativamente.



http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Hobbes.jpeg

Para o pensador inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o homem no “estado de natureza” vive em permanente guerra de todos contra todos, onde o mais forte sempre busca dominar o mais fraco. Esse conflito permanente fez com que os homens buscassem uma maneira de evitá-lo, fazendo um contrato que garantisse a paz. Mas para Hobbes, a assinatura de um papel não resolveria os problemas, era preciso que todos os homens submetessem sua vontade a vontade de um só homem que conseguisse que eles mantivessem respeito às leis. Esse homem que centralizaria o poder seria o rei e a organização da sociedade seria o Estado absolutista. Como você pode notar, tanto Maquiavel quanto Hobbes, pregam a necessidade de um soberano que concentrasse em suas mãos todo o poder. Para Maquiavel seria o príncipe e para Hobbes seria o rei, com a diferença que Maquiavel acreditava que aconteceria uma evolução da forma de governo para a república.

Outro pensador importante, o inglês John Locke (1632-1704), afirmou que os homens concordaram, livremente, em organizar a sociedade buscando de preservar e garantir ainda mais os direitos que possuíam no “estado de natureza”. Que direitos são esses?



http://da.wikipedia.org/wiki/Fil:John_Locke.jpg

O direito à vida, à liberdade e à propriedade. Para isso, deveriam criar um conjunto de leis e escolher a forma de governo a partir da decisão da maioria. O objetivo principal desse governo seria garantir a propriedade e caso não cumprisse sua obrigação e usasse de força acima do permitido pelas leis, daria o direito legítimo ao povo de resistir e derrubar o governo tirano.

Você pode notar que Locke, ao afirmar que o povo tem o poder de escolher a forma de governo e se rebelar contra a tirania, deixava claro que, ao contrário de Hobbes, ele não admitia o poder absoluto de um rei ou soberano, pois para ele qualquer tipo de governo só seria legítimo com o consentimento do povo.



<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rousseau.jpg>

O próximo pensador, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), escreveu o livro O Contrato Social onde afirma que os homens escolheram entre serem completamente livres em seus impulsos ou aceitarem as garantias de liberdade e de propriedade definidas pelas leis. Você pode achar estranho e se perguntar como pode alguém ser livre se existem leis que limitam a liberdade? Para Rousseau, a partir do momento que nós fazemos as leis, obedecê-las é um ato de liberdade.

Rousseau é racionalista, ou seja, para ele é necessário o uso da razão e da liberdade para que os homens fizessem o contrato social, que organizou a criação de um Estado, onde todos fossem iguais perante as leis. Para ele, não importa a forma de governo, desde que esteja submetido ao poder soberano do povo, sendo o governo sempre um corpo administrativo do Estado, limitado pelo poder do povo.

Caro aluno, nesta primeira aula, estudamos como se deu a construção da ideia de Estado na visão de quatro importantes pensadores. Na próxima aula, vamos estudar como surgiu o Estado Moderno e que formas ele assumiu até os dias de hoje. Agora você vai desenvolver a atividade 1.

Atividade 1

Baseado no texto que você leu, responda as questões abaixo:

1 – A forma de Estado defendida pelos pensadores que estudamos tem semelhanças e diferenças.

a) Quais são as semelhanças e diferenças entre a forma de Estado de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes?

b) Quais são as semelhanças e diferenças entre a forma de Estado de Thomas Hobbes e John Locke?

c) Quais são as semelhanças e diferenças entre a forma de Estado de Nicolau Maquiavel e John Locke?

2 – Se você pudesse definir a forma de organização de um Estado qual seria sua proposta?

Aula 2: Estado Moderno – Surgimento e formas

Estudamos na aula anterior os pensadores que estabeleceram as bases para a formação do que entendemos hoje como Estado.

Nesta aula, estudaremos o contexto histórico que levou ao surgimento do Estado Moderno e as diversas formas que este Estado teve até os dias de hoje.

O fim do mundo feudal e o enfraquecimento das forças políticas que dominavam a Europa naquele período histórico – os senhores feudais mantinham o controle da propriedade das terras e o poder sobre a sociedade - levaram ao surgimento do Estado Moderno.

A sociedade feudal começou a se desintegrar pelas revoltas sociais dos camponeses, pelo crescimento das cidades e do comércio. Ao mesmo tempo, a partir do século XIV, aconteceu a centralização e concentração das forças armadas e do monopólio do uso da força, da justiça com a criação dos tribunais de várias instâncias, da cobrança de impostos, que além de ser um símbolo de poder fornecia os recursos necessários para sustentar as forças armadas, da burocracia e da estrutura jurídica, da burocracia que administrava o patrimônio público. Esta concentração e centralização desses poderes, funções e instituições é o que caracteriza o Estado Moderno.

O Estado moderno teve diferentes formas até hoje e sobre isso vamos ler a seguir.

A primeira forma de Estado moderno foi o Estado absolutista, que surgiu com a expansão do mercantilismo e foi implantado pela primeira vez em Portugal, no final do século XIV, sendo adotado depois em vários países da Europa. Este Estado teve seu ponto alto na França, quando o rei Luis XIV expressou a concentração de poderes do Estado com a frase “o Estado sou eu”. Como características principais estavam o controle da atividade econômica - concedendo monopólios, fixando preços e tarifas e administrando a moeda e os metais preciosos – e centralizava a prática da justiça e criação dos exércitos profissionais. Tendo surgido no momento da ascensão da classe burguesa, o Estado absolutista colocava em conflitos os interesses dos estamentos

dominantes no período feudal (nobreza e clero) e da burguesia, quanto à administração do patrimônio público, da justiça e da economia.

No século XVIII, surge o liberalismo como reação ao absolutismo. Neste momento histórico o capitalismo está acabando com os últimos resquícios do feudalismo. O liberalismo tinha como valores mais importantes o individualismo, a liberdade e a propriedade privada.

Politicamente, o Estado liberal é baseado na soberania popular, e isso é expresso nas constituições liberais. Por exemplo, a Constituição do Brasil tem um artigo que diz “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Isto significa que o povo elege através de eleições as pessoas que representam a vontade popular. Portanto, o Parlamento é a instituição central do Estado liberal.

Diferente do Estado absolutista, o Estado liberal não deve intervir na atividade econômica, sendo seu papel o de guardião da ordem para que todos possam desenvolver livremente suas atividades.

O Estado liberal começou a entrar em crise no final do século XIX e com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) essa forma de Estado caiu definitivamente.

No começo do século XX, o Estado liberal não dava mais conta dos interesses da classe burguesa. Nesse momento, entre 1920 e 1930, surgem os Estados nacionalistas, com o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha. Estes Estados tinham características contrárias ao Estado Liberal, principalmente no que toca ao papel do Estado na atividade econômica da sociedade. Os Estados nacionalistas atuavam fortemente na economia, concentrando o poder de direcionar as atividades econômicas de acordo com seu planejamento. Politicamente, estes Estados se caracterizavam pela adesão da população ao regime e a seu líder máximo, na Itália Benito Mussolini e na Alemanha Adolf Hitler, que eram líderes que exerciam uma dominação do tipo que Max Weber chamou de carismática. Essa forma de Estado vai declinar com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a Itália e a Alemanha mais o Japão fizeram uma aliança que foi derrotada pela aliança entre o Estado socialista soviético e os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos.

A Segunda Guerra Mundial vai reforçar a importância do Estado soviético que foi implantado na Rússia através da Revolução de 1917. O Estado soviético foi a

primeira experiência socialista. Na economia, sua principal característica era a forte atuação do Estado através da centralização e planificação da atividade econômica pelo Estado. O fim da guerra criou uma polaridade entre duas potências mundiais, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que surgiram com a adesão de diversos países da Europa ao regime socialista da Rússia e os Estados Unidos da América. Devido a problemas internos e ao processo de globalização, o Estado soviético entra em declínio e tem um fim simbólico com a queda do Muro de Berlim em 1989.

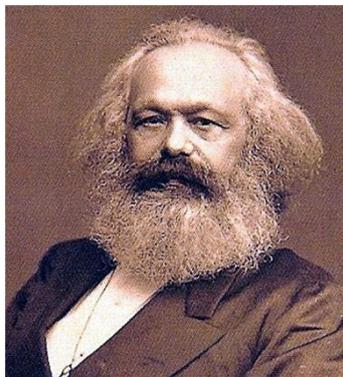
Como forma de enfrentar os protestos de trabalhadores por melhores condições de vida e para atender as necessidades do capital, o bloco de países capitalistas buscou construir uma nova organização da vida econômica da sociedade. Para isso, surgiu após a Segunda Guerra Mundial, o Estado do Bem-estar social. Ao contrário do Estado liberal e parecido com os Estados nacionalista e sociético, o Estado do Bem-estar social tinha como finalidade e característica básica a intervenção estatal nas atividades econômicas, regulando-as, subsidiando-as, executando grandes investimentos e obras, redistribuindo rendimentos, visando sempre, pelo menos teoricamente, ao bem-estar da maioria da população.

Esta forma de Estado vai durar até a década de 1970, quando alguns fatores como a crise do petróleo e os altos gastos dos EUA com a guerra do Vietnã, levaram a uma crise que teve como consequências o aumento dos impostos e da inflação. Para superar essa crise surge na Inglaterra o Estado neoliberal, que nada mais é do que o retorno das ideias do Estado liberal, que prega o retorno de um Estado mínimo, que não participa da atividade econômica e que considera que o bem-estar dos cidadãos deve ficar por conta deles próprios. Essa forma de Estado foi adotada pelos EUA e se espalhou por todo o mundo capitalista.

Como vimos no texto acima, as formas de Estado moderno se sucederam ao longo do tempo, mas é necessário lembrar que essas formas de organização estatal não foram de todo substituídas pelo Estado neoliberal. Ainda existem países, como a China, Cuba e Coreia do Norte que mantêm o Estado socialista, assim como existem países que ainda mantêm Estados com características absolutistas, como os principados árabes e alguns europeus como Mônaco.

Vamos ver agora, os que os pensadores clássicos da Sociologia pensaram sobre a função do Estado.

O pensamento e os escritos de Karl Marx (1818-1883) foram evoluindo de acordo com o tempo. Num primeiro momento, teve uma aproximação com o anarquismo, considerando que o Estado era uma entidade abstrata e que estava em contradição com a sociedade, procurando atender aos interesses de todos, mas priorizando os interesses de quem dominava economicamente a sociedade. Algum tempo depois, no livro *A ideologia alemã* (1847) escrito com Friederich Engels, afirmou que o Estado seria a expressão da dominação política e jurídica da sociedade burguesa e que existia apenas para garantir as condições gerais do capitalismo, sem intervir nas relações econômicas.



http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Marx.jpg

Nos livros *As lutas de classe na França* e *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, Marx afirma que o Estado surgiu para inibir os conflitos de classe, sendo assim, representante da classe dominante.

Pelo que lemos acima, podemos concluir que para Marx, o Estado é uma organização que tem os mesmos interesses da burguesia, que é a classe dominante na sociedade capitalista.

Èmile Durkheim (1858-1917), pensador francês, teve como referência para seus estudos sobre o Estado a sociedade francesa onde viveu. Para ele, o Estado tinha função moral por ser o organizador do ideário do indivíduo e garantir que ele tivesse pleno desenvolvimento, através da educação pública que buscava uma formação moral desvinculada de religiões.

Ao contrário de Marx, o Estado visto por Durkheim não é antagônico ao indivíduo, pois foi ele que libertou o indivíduo do controle exercido por grupos

secundários da sociedade como a família, a igreja e as corporações profissionais, podendo o indivíduo, assim desenvolver sua liberdade.



http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emile_Durkheim.jpg

Finalmente, Durkheim considera o Estado uma organização que tem o objetivo de defender os interesses coletivos.

Você já se perguntou por que nós aceitamos que uma pessoa tenha poder de mandar ou dar ordens para toda uma sociedade? Para responder esta questão, vamos estudar o pensamento de um dos sociólogos clássicos, o alemão Max Weber (1864-1920). Ele dedicou grande parte de seus estudos para responder esta questão e explicar o que dá legitimidade ao governante, isto é, o que faz com que todo mundo aceite que ele tem direito de dar ordens para nós.

Segundo Weber, quem realmente exerce o poder no Estado é a burocracia militar e civil, portanto o Estado é uma relação de dominação de alguns homens dominando os outros, usando violência considerada legítima e uma associação obrigatória que organiza a dominação. Para que essa relação exista e se mantenha é necessário que a autoridade seja aceita e legitimada pelos dominados.



http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Max_Weber_1894.jpg

Para Weber existem três tipos de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a legal.

A dominação tradicional é baseada nos costumes, normas e valores que são tradicionais e vigentes a longo tempo na sociedade.

A dominação carismática está baseada no carisma pessoal do indivíduo que detém a autoridade. O carisma é sempre pessoal, ou seja, está ligado a qualidades extraordinárias de um indivíduo, seja heroísmo, liderança militar, inteligência ou dom divino. Esta é a forma de dominação mais instável, pois depende de qualidades do indivíduo que lidera para manter a obediência dos dominados. Ela termina quando não existe mais o líder carismático.

A dominação legal é baseada na obediência a estatutos legais e normas que são aceitas por parte dos dominados. Estes estatutos legais ou leis podem ser modificados desde que sigam as regras estabelecidas para isto. A dominação legal é fundamentada no direito, ou seja, num conjunto de leis que determinam as regras para a nomeação da autoridade e estabelece limites para seu exercício de poder.

Atividade 2

Responda as questões propostas abaixo, relativas ao texto que você leu:

1 – Em que condições históricas surgiu o Estado moderno?

2 – Em relação a atuação do Estado na atividade econômica, qual a semelhança ou diferença entre os Estados absolutista, nacionalista, soviético e do bem-estar social?

3 – Em que formas de Estados modernos não deve haver nenhum tipo de intervenção estatal nas atividades econômicas?

Aula 3: A formação do Estado brasileiro

Nesta aula vamos falar sobre como aconteceu a formação do Estado no Brasil. Para início de conversa, enquanto na Europa se constituíam os Estados absolutistas e liberais, como vimos nas aulas anteriores, o Brasil era colônia de Portugal, portanto estava sob o domínio do Estado português. Com a independência em 1822, instalou-se no Brasil uma monarquia do tipo liberal, porém com uma contradição de princípios, já que apesar de seguir o ideário liberal, que afirma que todos os homens são iguais perante a lei, o Estado admitia a existência da escravidão.

A organização da estrutura de poder de 1822 até a proclamação da República, em 1889, consistia de um poder executivo (o Conselho de Estado), o poder Legislativo (Senado e Câmara dos Deputados) e o poder Judiciário (Supremo Tribunal de Justiça) e o poder que estava acima dos outros três, o poder Moderador, que era exercido pelo imperador. Este poder dava ao imperador o mesmo poder dos soberanos absolutistas já que ele nomeava os integrantes do poder Executivo, do Senado, escolhia os membros do Supremo Tribunal de Justiça e podia dissolver a Câmara dos Deputados. Ou seja, o Estado brasileiro era um império absolutista vestido com uma roupa liberal.

Com a proclamação da república em 1889, nasceu um Estado cuja característica era ser liberal conservador, resultado da tentativa da classe dominante para manter seu poder. A república brasileira surgiu sem a participação da população, através de um movimento da cúpula militar e teve diversos momentos de poder.

O período que vai de 1889 até 1930 ficou conhecido como República Velha, dominada pelas oligarquias agrárias, pois é preciso lembrar que o Brasil era um país essencialmente agrário, onde a indústria ainda não tinha se desenvolvido. Nesse período o poder tinha duas práticas características: a política dos governadores e o coronelismo.

A política dos governadores procurava garantir a alternância do poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, os maiores produtores de café, que era nosso principal produto de exportação.

O coronelismo era o poder dado ao proprietário rural que tinha o controle econômico, político e social sobre as populações rurais, numa prática político-social que mantinha uma articulação do poder local e regional e do poder regional e federal.

O período que vai de 1930 até 1945 é conhecido como a era Vargas. Esse período é delimitado por dois golpes de Estado: o primeiro golpe, em 1930 acabou com a República Velha e colocou Getúlio Vargas no poder, e o segundo golpe derrubou Vargas do poder. Além disso, o próprio Vargas, instaurou um governo ditatorial em 1937. A chegada de Vargas no poder estabeleceu o chamamos de populismo, que é uma relação de poder onde o governo buscou o apoio dos trabalhadores e também da emergente burguesia industrial, criando um conflito com o setor agrário ainda dominante no Brasil, pois seu objetivo era implantar uma nova ordem industrial. Para autores como Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, o populismo de Vargas tinha características de liderança carismática, que estudamos anteriormente em Max Weber. O Estado tinha um compromisso com as elites industriais urbanas de industrializar o país e modernizar a estrutura estatal. O Estado era o principal investidor na construção da infraestrutura necessária para a industrialização do Brasil.

No período de 1945 até 1964, delimitado por dois golpes militares, em 1945 para depor Vargas e em 1964 para depor João Goulart, instala-se uma república liberal no Brasil. Apesar de uma constituição liberal, o Estado ainda era o principal investidor em infraestrutura, criando a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, nos ramos de siderurgia, mineração e petróleo respectivamente. O governo de Juscelino Kubitschek marca implantação da indústria nacional de bens duráveis, o que possibilitou um grande desenvolvimento econômico do país, trazendo a indústria automobilística como a Volkswagen, a Ford e a General Motors.

De 1964 até 1985 se instala a república dos Generais, a partir do golpe militar de 1964, que terminou com um período de 19 anos de governo democrático. O objetivo do golpe ,segundo os militares, era acabar com a anarquia que levaria o país ao comunismo e controlar a alta inflação do país. Os primeiros anos após o golpe militar foram de relativa normalidade, apesar da extinção dos partidos políticos e a criação de somente dois partidos, a Arena e o MDB, sendo permitidos movimentos e atos políticos de estudantes e trabalhadores. Em 1969, o governo baixou o Ato Institucional 5 (AI5) que endureceu o regime e instaurou uma ditadura no Brasil. A

crise econômica mundial no fim dos anos 1970, enfraqueceram economicamente o regime militar e politicamente as manifestações dos trabalhadores e a ascensão da oposição, fizeram que o regime fosse se abrindo até seu fim com a eleição de Tancredo Neves em 1985, que iniciou uma nova fase na vida política brasileira. Apesar de eleito, Tancredo faleceu antes da posse e José Sarney assumiu a presidência e no Brasil começa a fase de Estado liberal democrático com a promulgação da Constituição liberal de 1988, que vale até os dias de hoje. É importante ressaltar que a maior crise vivida pelo Estado nesse período, a renúncia do presidente Fernando Collor de Melo acusado de diversas irregularidades em seu mandato, resolveu-se dentro dos limites das leis estabelecidas, com a posse de seu vice-presidente Itamar Franco.

Economicamente, o principal desafio dessa fase do Estado foi vencer a inflação, o que foi conseguido no governo Itamar com o Plano Real, porém como o Brasil não teve um Estado de bem-estar social, ainda são muito grandes as desigualdades sociais, cuja redução é fundamental para que todos tenham acesso aos direitos estabelecidos por um Estado liberal.

Como podemos notar, o Estado no Brasil se formou em meio a crises nas instituições democráticas, muitas vezes fomentadas pelas classes dominantes e apesar do mais longo período da nossa história sem nenhum tipo de intervenção militar é necessária a participação de toda a população para a manutenção dessas condições.

Atividade 3

Caro aluno, responda as questões abaixo:

1 - No período conhecido como República Velha, que parte da sociedade dominava o poder e quais práticas de poder eram características?

2 - Em que momento da república brasileira se estabeleceu o chamado populismo?

3 - No período de 1945 até 1964, delimitado por dois golpes militares, em 1945 para depor Vargas e em 1964 para depor João Goulart, instala-se uma república liberal no Brasil. Quem era o principal responsável pelos investimentos em infraestrutura nesse período?

4 - Qual era o objetivo do golpe militar de 1964 segundo os militares?

Avaliação

1 - Os três tipos de dominação representam três diversos tipos de motivações: no poder tradicional, o motivo da obediência é a crença na sacralidade da pessoa do soberano; na dominação racional, o motivo da obediência deriva da crença na racionalidade do comportamento conforme a lei; na dominação carismática, deriva da crença nos dotes extraordinários do chefe.

BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (adaptado).

O texto apresenta três tipos de dominação que podem ser identificados em momentos históricos distintos. Identifique o período em que a obediência esteve associada predominantemente à dominação carismática:

- (A) República Federalista Norte-Americana.
- (B) República Fascista Italiana no século XX.
- (C) Monarquia Teocrática do Egito Antigo.
- (D) Monarquia Absoluta Francesa no século XVII.
- (E) Monarquia Constitucional Brasileira no século XIX

2 - O Estado moderno surgiu:

- (A) pelo desenvolvimento natural da civilização humana
- (B) da desintegração do mundo feudal e das relações políticas até então dominantes na Europa
- (C) pelo aumento do poder político dos senhores feudais
- (D) pela capacidade natural do ser humano para viver em sociedade

3 - Uma das características do Estado moderno é:

- (A) a concentração e centralização das forças armadas e do monopólio da violência
- (B) a descentralização da cobrança de impostos
- (C) o desmonte do corpo burocrático do feudalismo
- (D) a descentralização da estrutura jurídica

4 - O Estado Absolutista em relação às atividades econômicas:

- (A) era descentralizador, não atuava na economia
- (B) atuava na economia apenas como mediador
- (C) controlava as atividades econômicas, concedendo monopólios e controlando as moedas
- (D) deixava o controle da economia ao mercado

5 - De acordo com o pensamento liberal, o Estado:

- (A) não deveria intervir nas atividades econômicas
- (B) tinha obrigação de controlar as atividades econômicas
- (C) deveria proibir a propriedade privada
- (D) nenhuma das respostas acima

6 - Qual a instituição política central do Estado Liberal?

- (A) partidos políticos
- (B) classe social
- (C) parlamento
- (D) judiciário

7 - (UEL-2005) - Analise a figura a seguir.



NOVAES, Carlos Eduardo. *Capitalismo para principiantes*. São Paulo: Ática, 1995. p.123.

A figura ilustra, por meio da ironia, parte da crítica que a perspectiva sociológica baseada nas reflexões teóricas de Karl Marx (1818-1883) faz ao caráter ideológico de certas noções de Estado. Sobre a relação entre Estado e sociedade segundo Karl Marx, é correto afirmar:

- (a) A finalidade do Estado é o exercício da justiça entre os homens e, portanto, é um bem indispensável à sociedade.
- (b) O Estado é um instrumento de dominação e representa, prioritariamente, os interesses dos setores hegemônicos das classes dominantes.
- (c) O Estado tem por finalidade assegurar a felicidade dos cidadãos e garantir, também, a liberdade individual dos homens.
- (d) O Estado visa atender, por meio da legislação, a vontade geral dos cidadãos, garantindo, assim, a harmonia social.
- (e) Os regimes totalitários são condição essencial para que o Estado represente, igualmente, os interesses das diversas classes sociais.

Pesquisa

Forme um grupo com mais três colegas e pesquisem as formas de governo Parlamentarista e Presidencialista, listando suas principais características e explicando como é escolhido o indivíduo que vai governar.

Referências

[1] BOMENY, Helena. MEDEIROS, Bianca Freire (coord.). Tempos Modernos, tempos de Sociologia. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

[2] OLIVEIRA, Luiz Fernando e COSTA, Ricardo Cesar Rocha. Sociologia para jovens do século XXI. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007. Página 26.

[3] PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Sociologia – ensino médio 2. Ed. Curitiba: SEED-PR, 2006.

[4] TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o ensino médio. 2. Ed. São Paulo: Saraiva 2010.

Equipe de Elaboração

COORDENADORES DO PROJETO

Diretoria de Articulação Curricular

Adriana Tavares Maurício Lessa

Coordenação de Áreas do Conhecimento

Bianca Neuberger Leda

Raquel Costa da Silva Nascimento

Fabiano Farias de Souza

Peterson Soares da Silva

Ivete Silva de Oliveira

Marília Silva

PROFESSORES ELABORADORES

Flávia Vidal Magalhães

Fernando Frederico de Oliveira